

O direito externo

Latinos terão mercado comum, prevê Penna

A reunião convocada pelo Brasil, Argentina, Venezuela e México, para o próximo mês na Colômbia, para a discussão de mecanismos favoráveis à renegociação das dívidas dos países do Terceiro Mundo, será o grande passo para a criação do mercado comum da América Latina, para fazer frente às fortes barreiras protecionistas impostas pelas nações desenvolvidas.

Essa possibilidade foi aventada ontem pelo ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, depois de conhecer o Cadastro Nacional de Empresas, processado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e o Departamento Nacional de Registro do Comércio, órgão do MIC. O ministro lembrou que a intenção do presidente João Figueiredo foi sempre procurar uma aproximação com os países da América Latina.

A idéia de formação de um bloco comercial entre as nações latino-americanas, explicou Penna, foi suspensa temporariamente pelo presidente Figueiredo, devido à forte crise internacional e à guerra das Malvinas, entre Argentina e Inglaterra, que dificultaram enormemente as relações comerciais entre o Brasil e o País platino. Isso ocorreu porque só havia mercado nos países desenvolvidos.

Mas, agora, como os Estados Unidos elevaram suas relações com o Sul da Ásia, e com a formação do bloco Euro-Rússia, os países da América Latina precisam voltar a ter um melhor relacionamento. O Brasil precisa olhar melhor, ressaltou Penna, para as nações africanas e do Sul da Ásia, sem se esquecer dos mercados dos países ricos, por que oferecem melhores oportunidades de negócios.

Ao defender sua idéia, Penna argumenta que a América Latina é um continente onde os países possuem quase a mesma língua e a mesma religião e, entretanto, fazem o mínimo de troca. Ao contrário, as nações dos demais continentes, apesar da forte diversificação de língua e religião, como é o caso da Europa, onde existe o famoso Mercado Comum Europeu (MCE), o sistema de troca é intensamente praticado.

Um ponto importante que Camilo Penna destaca no sistema de troca é que o Brasil poderia conseguir melhores divisas, porque não precisaria pagar os pesados fretes marítimos, que são feitos por empresas estrangeiras, em sua maioria.

O ministro também considerou salutar a nota em que o Brasil, Argentina, Venezuela e México condenaram o esquema montado pelo países credores para renegociar as dívidas externas dos países subdesenvolvidos. O fator político-diplomático, explicou Penna, não significa que vai cessar o contato técnico. Pelo contrário, a diplomacia vai reforçar os entendimentos especializados. A medida foi apenas para criar "ambiente" para a área técnica, afirmou Penna.

A medida teve também a finalidade, lembrou o ministro, de criar condições de fortalecer o Fundo Monetário Internacional, para que o órgão internacional possa influir nas políticas das nações industrializadas, e impedir, a exemplo do que faz com os devedores, que elas pratiquem uma política monetária e fiscal, que penalizem as nações do Terceiro Mundo. Penna argumentou que, no caso do Brasil, o FMI exigiu uma superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial.